



**Prefeitura Municipal do Natal/RN
Secretaria Municipal de Trabalho e
Assistência Social - SEMTAS**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 001/2016**



Advogado

Tarde

Organizadora:



CARGO: ADVOGADO

Quem sabe Deus está ouvindo

Outro dia eu estava distraído, chupando um caju na varanda, e fiquei com a castanha na mão, sem saber onde botar. Perto de mim havia um vaso de antúrio; pus a castanha ali, calcando-a um pouco para entrar na terra, sem sequer me dar conta do que fazia.

Na semana seguinte a empregada me chamou a atenção: a castanha estava brotando. Alguma coisa verde saía da terra, em forma de concha. Dois ou três dias depois acordei cedo, e vi que durante a noite aquela coisa verde lançara para o ar um caule com pequenas folhas. É impressionante a rapidez com que essa plantinha cresce e vai abrindo folhas novas. Notei que a empregada regava com especial carinho a planta, e caçoei dela:

– Você vai criar um cajueiro aí?

Embaraçada, ela confessou: tinha de arrancar a mudinha, naturalmente; mas estava com pena.

– Mas é melhor arrancar logo, não é?

Fiquei em silêncio. Seria exagero dizer: silêncio criminoso – mas confesso que havia nele um certo remorso. Um silêncio covarde. Não tenho terra onde plantar um cajueiro, e seria uma tolice permitir que ele crescesse ali mais alguns centímetros, sem nenhum futuro. Eu fora o culpado, com meu gesto leviano de enterrar a castanha, mas isso a empregada não sabe; ela pensa que tudo foi obra do acaso. Arrancar a plantinha com a minha mão – disso eu não seria capaz; nem mesmo dar ordem para que ela o fizesse. Se ela o fizer darei de ombros e não pensarei mais no caso; mas que o faça com sua mão, por sua iniciativa. Para a castanha e sua linda plantinha seremos dois deuses contrários, mas igualmente ignaros: eu, o deus da Vida; ela, o da Morte.

Hoje pela manhã ela começou a me dizer qualquer coisa – “seu Rubem, o cajueirinho...” – mas o telefone tocou, fui atender, e a frase não se completou. Agora mesmo ela voltou da feira; trouxe um pequeno vaso com terra e transplantou para ele a mudinha.

Veio me mostrar:

– Eu comprei um vaso...

– Ahn...

Depois de um silêncio, eu disse:

– Cajueiro sente muito a mudança, morre à toa...

Ela olhou a plantinha e disse com convicção:

– Esse aqui não vai morrer, não senhor.

Eu devia lhe perguntar o que ela vai fazer com aquilo, daqui a uma, duas semanas. Ela espera, talvez, que eu o leve para o quintal de algum amigo; ela mesma não tem onde plantá-lo. Senti que ela tivera medo de que eu a censurasse pela compra do vaso, e ficara aliviada com a minha indiferença. Antes de me sentar para escrever, eu disse, sorrindo, uma frase profética, dita apenas por dizer:

– Ainda vou chupar muito caju desse cajueiro.

Ela riu muito, depois ficou séria, levou o vaso para a varanda, e, ao passar por mim na sala, disse baixo com certa gravidade:

– É capaz mesmo, seu Rubem; quem sabe Deus está ouvindo o que o senhor está dizendo...

Mas eu acho, sem falsa modéstia, que Deus deve andar muito ocupado com as bombas de hidrogênio e outros assuntos maiores.

(BRAGA, Rubem, 1993-1990. 200 crônicas escolhidas – 31ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.)

01

“Para a castanha e sua linda plantinha seremos dois deuses contrários, mas igualmente ignaros: eu, o deus da Vida, ela, o da Morte.” (6º§) Nessa frase, a palavra “ignaros” significa, EXCETO:

A) Incultos.

B) Ignorantes.

C) Insipientes.

D) Pretensiosos.

02

I. “Antes de me sentar para escrever, eu disse, sorrindo, uma frase profética, dita apenas por dizer...” (15º§)

II. “É capaz mesmo, seu Rubem; quem sabe Deus está ouvindo o que o senhor está dizendo...” (18º§)

Os trechos destacados nessas frases, estabelecem, respectivamente, no texto, sentimentos desiguais que podem ser assim definidos:

A) Crença / suposição.

C) Indiferença / esperança.

B) Ceticismo / devoção.

D) Desesperança / religiosidade.

03

De acordo com o sentido global do texto, o segmento que contém, em destaque, o mote desencadeador para a escrita dessa crônica é:

- A) *“Na semana seguinte a empregada me chamou a atenção: a castanha estava brotando.”* (2º§)
B) *“Mas eu acho, sem falsa modéstia, que Deus deve andar muito ocupado com as bombas de hidrogênio e outros assuntos maiores.”* (19º§)
C) *“Eu fora o culpado, com meu gesto leviano de enterrar a castanha, mas isso a empregada não sabe; ela pensa que tudo foi obra do acaso.”* (6º§)
D) *“Perto de mim havia um vaso de antúrio; pus a castanha ali, calcando-a um pouco para entrar na terra, sem sequer me dar conta do que fazia.”* (1º§)

04

“Outro dia...” / “Na semana seguinte...” / “Dois ou três dias depois...” As expressões anteriores constituem, dentro da narrativa em questão, marcas de

- A) tempo psicológico. C) fluxo de consciência.
B) tempo cronológico. D) discurso indireto livre.

05

“–Cajueiro sente muito a mudança, morre à toa...” (12º§) Assinale a alternativa em que o acento da crase foi utilizado pela mesma razão da frase anterior.

- A) Ela foi à feira comprar um vaso. C) Às vezes nos surpreendemos com a natureza.
B) Ele estava se referindo à mudinha de caju. D) Entregue a castanha àquela pessoa que fez o pedido.

06

Em *“... mas o telefone tocou, fui atender, e a frase não se completou.”* (7º§) A partícula “e”, sublinhada nessa estrutura, estabelece entre as orações uma ideia de

- A) oposição. B) conclusão. C) acréscimo. D) proporção.

07

Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO pertence à mesma classe gramatical dos demais.

- A) gesto leviano. B) pequeno vaso. C) falsa modéstia. D) silêncio criminoso.

08

“... eu, o deus da Vida; ela, o da Morte.” (6º§) O excerto, anteriormente sublinhado, contém um exemplo de figura de linguagem denominada

- A) zeugma. B) perífrase. C) hipérbole. D) polissíndeto.

09

O uso do pronome demonstrativo “isso” na frase *“... mas isso a empregada não sabe;...”* (6º§) se justifica por

- A) mencionar tempo futuro. C) referir-se a algo já citado no texto.
B) comprovar noção de espaço. D) indicar algo a ser exemplificado a seguir.

10

Considere as seguintes frases:

- I. *“– Mas é melhor arrancar logo, não é?”* (5º§)
II. *“Ela espera, talvez, que eu o leve para o quintal...”* (15º§)

É correto afirmar que as palavras sublinhadas nas frases anteriores, expressam, respectivamente, ideias de

- A) modo – dúvida. C) intensidade – rapidez.
B) tempo – dúvida. D) conclusão – incerteza.

LEGISLAÇÃO

11

Estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em alguns objetivos. Dentre os objetivos citados está o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação:

- A) Da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos órgãos colegiados.
- B) Dos aposentados, dos servidores, da comunidade e dos empresários, nos órgãos colegiados.
- C) Dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- D) Dos aposentados, dos pensionistas, dos contribuintes e dos empregadores, nos órgãos colegiados.

12

Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- A) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, mas não a este regressar.
- B) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- C) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- D) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

13

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- III. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- IV. Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

14

Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Para os fins do referido estatuto, considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- A) Ridicularize ou resulte em lesão.
- B) Resulte em sofrimento físico ou lesão.
- C) Humilhe ou resulte em sofrimento físico.
- D) Humilhe, ameça gravemente ou ridicularize.

15

“Estabelece o Estatuto do Idoso que os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil e que a obrigação alimentar é _____.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores
- B) indivisível, podendo o idoso escolher entre os prestadores
- C) individual, devendo o idoso, primeiramente, cobrar dos seus descendentes
- D) subsidiária, devendo o idoso recorrer, primeiramente, àquele que possui melhores condições econômicas

16

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

- A) Atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida.
- B) Atendimento psicológico, inclusive para seus familiares, sendo vedado aos atendentes pessoais.
- C) Promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, vedada a orientação a seus atendentes pessoais.
- D) Serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, exclusivamente, quando houver possibilidade de recuperação da capacidade produtiva, sendo vedada apenas para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.

17

De acordo com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a organização da Assistência Social tem como base diversas diretrizes. Assinale a alternativa que contenha uma delas.

- A) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- B) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- C) Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- D) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

18

De acordo com a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) compete aos Municípios:

- A) Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.
- B) Contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo.
- C) Criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
- D) Criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto contextualiza o tema tratado nas questões de 19 a 21. Leia-o atentamente.

“Em sua mensagem ao Congresso Nacional na sessão solene de abertura dos trabalhos do Legislativo em 2016, a presidente *Dilma Rousseff* defendeu, nesta terça-feira (2 de fevereiro de 2016), que é indispensável uma reforma nas atuais regras da Previdência Social para manter a sustentabilidade do sistema previdenciário. Diante dos olhares de deputados e senadores, ela também pediu, entre outros assuntos, apoio do parlamento para aprovar a recriação da CPMF e para impor limites aos gastos públicos.”

(Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/dilma-le-mensagem-do-executivo-ao-congresso-nacional.html>.)

19

O imposto que a presidente do Brasil defende que deve ser ativado incide diretamente sobre as

- A) transações bancárias.
- B) prestações de serviços.
- C) declarações anuais de renda.
- D) comercializações de mercadorias.

20

“O imposto, que teve sua defesa de retorno, por parte da presidente *Dilma Rousseff*, foi implantado de forma provisória no governo do presidente _____, em 1993, com o objetivo de cobrir parte das despesas com _____ e foi extinto em 1994. Ele retornou em 1996 no governo de _____, tendo sido extinto em 2007 no governo do(a) presidente _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) José Sarney / assistência social / Itamar Franco / Fernando Henrique Cardoso
- B) Itamar Franco / saúde / Fernando Henrique Cardoso / Luiz Inácio Lula da Silva
- C) Fernando Henrique Cardoso / infraestrutura / Luiz Inácio Lula da Silva / *Dilma Rousseff*
- D) Fernando Collor de Mello / educação / Fernando Henrique Cardoso / Luiz Inácio Lula da Silva

21

O governo da presidente *Dilma Rousseff* está propondo cobrar uma alíquota de 0,2% de pessoas físicas e empresas por meio do retorno da CPMF para ajudar a

- A) cobrir o rombo da Previdência Social.
- B) melhorar as redes físicas dos hospitais públicos.
- C) investir na construção de redes de captação de água no país.
- D) ampliar a capacidade energética do país, evitando futuros apagões.

22

Antes conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/15) entrou em vigor no início deste ano, depois de tramitar no Congresso por cerca de 15 anos. Um avanço social importante já que dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 45,6 milhões de pessoas afirmaram ter algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população brasileira. São garantias expressas nesta nova legislação:

- I. Acessibilidade para pessoas com deficiência em 100% da frota de táxis de todo o Brasil.
- II. Benefício de renda complementar ao trabalhador com deficiência que ingressar no mercado de trabalho.
- III. Punições como previsão de detenção para quem impedir ou dificultar o ingresso da pessoa com deficiência em planos privados de saúde e a quem negar emprego, recusar assistência médico-hospitalar ou outros direitos a alguém, em razão de sua deficiência.

É correto o que se afirma somente em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

23

“No início de 2016, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte anunciou a implantação do _____ que terá gestão compartilhada entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas-RN) e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), sendo operacionalizado através de linhas circulares de ônibus de grande porte, com itinerários previamente planejados e identificados que ligarão pontos localizados em municípios da Região Metropolitana de Natal. O serviço será subsidiado pelo Estado e ofertado gratuitamente para as pessoas comprovadamente desempregadas conforme cadastro do(a) _____.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) Transporte Cidadão / Sine – RN
- B) Mobilidade Popular / Sethas – RN
- C) Transporte Popular / Cadastro Único
- D) Tarifa Zero / Secretaria Municipal de Assistência Social do Natal

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada:

- A) Formal, escrita, sintética e superrígida.
- B) Material, escrita, analítica e semirrígida.
- C) Formal, escrita, dogmática, promulgada, rígida e analítica.
- D) Material, não escrita, popular, analítica, imutável e dualista.

25

A concepção de Constituição como a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade se refere ao sentido:

- A) Político.
- B) Jurídico.
- C) Material.
- D) Sociológico.

26

O município de Campos de Matias não possui Conselho Tutelar. Em tal situação, as atribuições a ele conferidas serão exercidas:

- A) Pelo Ministério Público.
- B) Pela autoridade judiciária.
- C) Pelo setor de Assistência Social do município.
- D) Pelo Centro de Referência de Assistência Social.

27

Sobre o tema poder constituinte, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O poder constituinte originário é inicial e incondicionado.
- B) O poder constituinte derivado é limitado e condicionado.
- C) Em relação aos Territórios Federais não se cogita em manifestação do poder constituinte derivado decorrente, uma vez que integram a União, não possuindo autonomia federativa.
- D) Quando tratou do poder constituinte derivado revisor, a Constituição Federal autorizou que a revisão seria realizada com o voto da maioria relativa dos membros do Congresso Nacional.

28

A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser emendada mediante proposta de:

- A) Um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- B) Metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- C) Um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- D) Metade as Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

29

Estabelece o Estatuto do Idoso que NÃO constitui obrigação das entidades de atendimento ao idoso:

- A) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade.
- B) Comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares.
- C) Fornecer vestuário adequado, se for privada, e assistência religiosa mesmo àqueles que não desejarem e de acordo com suas crenças.
- D) Celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso.

30

Sobre a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- B) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- C) A informação secreta tem como prazo máximo de restrição de acesso à informação vinte e cinco anos, vigorando a partir de sua produção.
- D) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias a contar da sua ciência.

31

Para a doutrina e jurisprudência dominantes, a Responsabilidade Civil do Estado é subjetiva quando:

- A) Houver dano ambiental.
- B) A sua conduta for omissiva.
- C) A sua conduta for comissiva.
- D) For o caso de danos nucleares.

32

Sobre o tratamento que a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial dá ao esporte e lazer, analise as afirmativas.

- I. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do Art. 217 da Constituição Federal.
- II. A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.
- III. É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

33

Sobre o tratamento que o Estatuto da Criança e do Adolescente dá à Prática de Ato Infracional, analise as afirmativas.

- I. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- II. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- III. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as mesmas medidas previstas para o adolescente.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

34

De acordo com a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial, o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana NÃO compreende:

- A) A produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana.
- B) A fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas.
- C) A prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa pública, de lugares reservados para tais fins.
- D) A comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.

35

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial, analise as seguintes definições para efeito do Estatuto.

- I. Desigualdade racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- II. Discriminação racial ou étnico-racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- III. Desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- IV. População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

36

Sobre o tratamento que o Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – dá ao Direito ao Desporto e ao Lazer, analise as afirmativas.

- I. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de rendimento.
- II. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- III. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

37

De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências – é um objetivo da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- A) Respeito à dignidade da pessoa humana.
- B) Valorização e respeito à vida e à cidadania.
- C) Atendimento humanizado e universalizado.
- D) Instituir a contagem oficial da população em situação de rua.

38

Sobre a Ética Profissional do Advogado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O advogado é obrigado a aceitar a imposição de seu cliente que pretenda ver com ele atuando outros advogados, e aceitar a indicação de outro profissional para com ele trabalhar no processo.
- B) Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, não podem representar em juízo clientes com interesses opostos.
- C) O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.
- D) O anúncio dos serviços advocatícios deve mencionar o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB, podendo fazer referência a títulos ou qualificações profissionais, especialização técnico-científica e associações culturais e científicas, endereços, horário do expediente e meios de comunicação, vedadas a sua veiculação pelo rádio e televisão e a denominação de fantasia.

39

Sobre a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.
- B) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do Delegado de Polícia Civil, Comandante da Polícia Militar ou a pedido da ofendida.
- C) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- D) A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

40

“Estabelece a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, que nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a referida lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, _____ da denúncia e ouvido o _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) antes da defesa / Defensor Público
- B) após o recebimento / Defensor Público
- C) antes do recebimento / Ministério Público
- D) antes do recebimento / Assistente Social do Juízo

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (um) estudo de caso.
- Para a Prova Discursiva, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- A Prova Discursiva terá o valor de 20 (vinte) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Crítérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	8 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto. Clareza teórica da exposição e conhecimentos técnicos relativos ao tema, considerando conceitos éticos e as normas jurídicas vigentes em relação ao exercício da função pública almejada.	12 pontos
TOTAL DE PONTOS		20 pontos

O servidor público “X”, detentor de cargo em comissão, facilitou, culposamente, a locação de bem pela Administração Pública, por preço superior ao de mercado.

Sob a ótica da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa –, analise o caso, abordando:

- a) o tipo de improbidade praticada pelo servidor;
- b) a questão do dolo ou culpa;
- c) sanções cabíveis e possibilidade de cumulação; e,
- d) prazo prescricional e termo inicial.

ESTUDO DE CASO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo.
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) itens de múltipla escolha e um estudo de caso. Leia-o atentamente.
7. **Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 60 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no *site* www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 02 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* www.idecan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no *site* www.idecan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.